

A ILUSÃO DA ARGUMENTAÇÃO NO DIÁLOGO ENTRE A MÍDIA E A LINGÜÍSTICA: O CASO DO “INTERNETÊS”

*The illusion of argumentation in the dialogue
between media and linguistics: the case of
internetese*

Claudia Mendes Campos*

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema geral a constituição da argumentação nos discursos sobre a *língua* que vêm sendo produzidos pela mídia e nas respostas que a lingüística tem tentado oferecer a eles. Trata-se do projeto de pesquisa “Diálogos entre a mídia e a lingüística acerca da língua”, que está integrado ao Grupo de Pesquisa *Processos de Construção Textual*, sediado na UFPR. Nesta etapa da pesquisa, estou trabalhando com textos que tratam do que se vem chamando de “internetês”; neste artigo, serão discutidos dois textos publicados em revistas de divulgação da área de língua portuguesa (de autoria de um lingüista e de um jornalista) e um terceiro publicado em um jornal de circulação diária.

Tendo em vista o enorme interesse demonstrado por diferentes veículos de comunicação acerca de questões relacionadas à língua e o descompasso que se costuma verificar entre os discursos da mídia sobre a língua e a posição geralmente divergente em relação aos mesmos temas assumida pela lingüística, constitui-se aí um espaço de investigação instigante, além de fundamental. A divergência que aí se encontra provoca um debate em que as partes não parecem de fato se escutar, uma vez que os mesmos discursos se repetem entre jornalistas e “defensores” da língua

* Professora do Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculas, na área de Lingüística e Língua Portuguesa.

portuguesa, ainda que fazendo referência ao que dizem os lingüistas. Tal referência não parece refletir os argumentos postos em cena por especialistas da linguagem; pelo contrário, parece haver um deslocamento de sentido constituindo tais discursos. Em outras palavras, se o diálogo entre a mídia e a lingüística tem se constituído como um espaço de “não-escuta”, uma vez que seus respectivos discursos não parecem afetados pelo discurso do outro, isto pode ser decorrência de como se constituem as textualidades de cada um dos lados, isto é, os deslizamentos de sentido que a deriva promove na linguagem podem estar produzindo relações argumentativas incompreensíveis para o outro, que as considera – a priori – equivocadas.

2 ARGUMENTAÇÃO E ENUNCIÇÃO

A hipótese inicial do trabalho parte da *teoria da argumentação na língua*, desenvolvida por Ducrot e colaboradores: a argumentação constitui os efeitos de sentido produzidos no texto, o que se pode estudar através de uma relação entre texto e discurso que leve em consideração a orientação argumentativa, os jogos polifônicos e o interdiscurso, a partir do ponto de vista da semântica da enunciação.

A enunciação é definida em Guimarães (2002b) como um acontecimento de linguagem; ela se constitui pelo *funcionamento da língua*, no cruzamento com a *exterioridade da língua*. A partir de uma filiação original aos trabalhos de Ducrot, mas já afetada por um deslocamento promovido pelos trabalhos de Guimarães, que introduzem o interesse pela história, a enunciação é entendida como o evento histórico do aparecimento do enunciado, o que permite tratar o sujeito sem atribuir o dizer a um locutor, mas falar de diferentes posições do sujeito na enunciação. Um tal tratamento do sujeito da linguagem pode se fazer através da teoria polifônica da enunciação, desenvolvida por Ducrot (1987) e assumida por Guimarães no trabalho *Texto e argumentação* (2001). A teoria da polifonia contesta o pressuposto da unicidade do sujeito falante, estabelecendo uma distinção entre *autor empírico*, *locutor* e *enunciador* (cf. DUCROT, 1987). Em um paralelo com a obra literária, o autor empírico corresponderia ao autor da obra, o locutor equivaleria ao narrador e os enunciadores seriam relacionados aos personagens a partir de cujas perspectivas a obra é construída.

O autor empírico é a fonte psico-fisiológica do enunciado, o autor efetivo, aquele que produz o enunciado – ele não interessa à lingüística. O locutor é aquele que diz *eu*, aquele que se apresenta como responsável pelo

enunciado, a quem se atribui a responsabilidade pelo enunciado. O locutor pode não coincidir com o autor empírico, como ocorre no discurso direto, em que o locutor coloca em cena outras vozes que não a sua. Ele pode não corresponder a uma subjetividade individual, como ocorre nos chamados enunciados históricos, em que o locutor fala de um ponto de vista constituído historicamente, ou mesmo cientificamente – são enunciados como *a água ferve a 100°* ou *chove muito durante o verão*. Pode ainda haver enunciados sem locutor (como nos provérbios, por exemplo, em que a perspectiva é a de um enunciador genérico, que fala do ponto de vista do senso comum) e enunciados com mais de um locutor (como no discurso direto, por exemplo). A instância do locutor se divide em *locutor enquanto tal*, que é o responsável pela enunciação, e *locutor-enquanto-pessoa-no-mundo*, que corresponde à pessoa referida como *eu* no enunciado. Tal distinção pode ser observada na auto-crítica: nessa circunstância o locutor faz a crítica não a si mesmo, não ao locutor enquanto tal, mas ao locutor enquanto ser no mundo. O locutor-enquanto-pessoa-no-mundo é marcado social e historicamente, aparece no discurso atravessado pela dispersão de sentidos que caracteriza a enunciação.

Há ainda uma outra instância, a do enunciador, que constitui a(s) perspectiva(s) a partir da(s) qual(is) a enunciação promove efeitos de sentido. Ela é a origem dos diferentes pontos de vista que se expressam no enunciado. Assim, enquanto o locutor é o responsável pela enunciação, o enunciador é o responsável pelo ponto de vista. A ironia, por exemplo, pode ser descrita a partir da teoria polifônica da enunciação entendendo-se que há um locutor que se responsabiliza pelas palavras e há dois ou mais enunciadores, cada um deles apresentando um ponto de vista diferente; pelo menos um dos pontos de vista apresentados é absurdo e nenhum é oposto ao absurdo; a ironia advém do fato de que o locutor não é responsabilizado pelo ponto de vista absurdo e, portanto, não é identificado ao enunciador que o apresenta. Desse modo, o estudo da polifonia permite observar certas relações entre o locutor e os enunciadores (os pontos de vista a partir dos quais o discurso se instaura) que são constitutivos dos efeitos de sentido produzidos no texto.

Outro conceito fundamental para esta discussão é o de orientação argumentativa. Tomada como a apresentação de um conteúdo como razão para levar a determinada conclusão, “a orientação argumentativa estabelece o modo de interpretar o futuro do texto” (GUIMARÃES, 2002a, p. 80-81). Embora todo enunciado possa ser interpretado a partir dos discursos argumentativos que o orientam, esse funcionamento ganha corpo em enunciados em que há operadores argumentativos tais como *até, um pouco* e em textos articulados em torno de conectivos, especialmente daqueles tradicionalmente designados *adversativos, concessivos, conclusivos e explicativos*. De acordo com a descrição oferecida em Guimarães (2001),

articulando os conceitos de polifonia e orientação argumentativa, as conjunções do paradigma do *mas* introduzem uma mudança na direção argumentativa do encadeamento: o locutor põe em cena um enunciador que, na primeira parte do encadeamento, fala a partir de um ponto de vista diferente do seu, uma perspectiva atribuída a outro enunciador, sugerindo determinada conclusão; a conjunção *mas* introduz, então, um outro ponto de vista, com o qual o locutor se identifica, sugerindo uma conclusão diferente da anterior; prevalece a direção argumentativa com a qual o locutor se identifica: aquela que o conectivo introduz. O funcionamento das conjunções do paradigma do *embora* é muito semelhante, distinguindo-se do *mas* apenas quanto ao ponto de vista que prevalece, a saber aquele do segmento não introduzido pelo conectivo. Tomemos um encadeamento do tipo “*embora Y, X*”: o locutor põe em cena um enunciador que diz *embora Y*, falando a partir de um ponto de vista diferente do seu, uma perspectiva atribuída a outro enunciador que sugere determinada conclusão; a outra parte do encadeamento – correspondente a *X* – introduz, então, um outro ponto de vista, com o qual o locutor se identifica, sugerindo uma conclusão diferente da anterior; prevalece esta última direção argumentativa, aquela com a qual o locutor se identifica, que nesse caso corresponde àquela em que não há conectivo. Descrições semânticas semelhantes a estas são oferecidas em Guimarães às conclusivas, ao *não só... mas também* (cf. GUIMARÃES, 2001) e podem ainda dar conta do funcionamento das explicativas¹.

Cabe destacar que, para a *teoria da argumentação na língua*, os segmentos de um encadeamento argumentativo não são independentes um do outro, o que faz com que os sentidos de cada uma das partes do encadeamento só possa ser descrito através do enunciado como um todo. Ou seja, os efeitos de sentido promovidos no texto pelos encadeamentos não têm a ver com a realidade do mundo, nem com sentidos previamente atribuídos a cada uma das partes tomadas isoladamente, mas com os sentidos que se constroem no interior mesmo do encadeamento, a partir das relações entre suas partes. São essas relações que importam, visto que os segmentos de um encadeamento argumentativo têm a sua significação *construída pelo outro segmento* – é a conclusão que constrói o sentido do argumento, e da mesma forma é o argumento que constrói o sentido da conclusão. No caso dos encadeamentos articulados em torno do *mas* ou do *embora*, é o segundo segmento do encadeamento que permite identificar a orientação argumentativa do primeiro e vice-versa.

¹ Uma vez que as análises que se seguirão se concentrarão na discussão de encadeamentos articulados em torno de conjunções que alteram a orientação argumentativa do enunciado (do paradigma do *mas* e do *embora*), o funcionamento das outras conjunções não será discutido aqui.

Por outro lado, assumindo que os sentidos não se constituem autonomamente, fora da história, a orientação argumentativa e a polifonia dos discursos são atravessadas por outros discursos, dizeres produzidos em outro tempo, outro lugar, que fazem ecoar o já-dito no dito. Ou seja, a orientação argumentativa dos enunciados não é determinante dos efeitos de sentidos promovidos pelo texto – “é o interdiscurso que constitui o sentido da argumentação” (GUIMARÃES, 2002a, p. 78). Outros discursos atravessam o dizer, por vezes promovendo desvios, deslizamentos, evidenciando a deriva constitutiva da linguagem, abrindo para a interpretação.

A argumentação funciona como contenção da deriva (hipótese desenvolvida por Pereira de Castro²), promovendo a ilusão de que argumentar é possível – assim, os efeitos de sentido se configuram como efeitos argumentativos, como ilusão de argumentação. A ilusão argumentativa, que encontramos referida em Ducrot (1999), corresponde ao *efeito de argumentação* – efeito de contenção da deriva que pode esgarçar o tecido lingüístico a qualquer momento e em qualquer ponto da cadeia. Em poucas palavras, *a ilusão argumentativa que possibilita a argumentação no discurso corresponde ao efeito de argumentação que tece o discurso e afasta a deriva*.

Partindo do pressuposto de que a linguagem está constantemente sujeita a heterogeneidade e a imprevisibilidade, podemos afirmar, com Pêcheux (1990, p. 53, grifo meu), que *“todo enunciado, toda seqüência de enunciados é [...] lingüísticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação”*. Em artigo que discute a argumentação na fala da criança, Pereira de Castro (2001, p. 63-64, grifo meu) destaca essas propriedades da linguagem – considerando que a heterogeneidade e a imprevisibilidade, a partir da posição do falante, estão sempre em jogo – e afirma que *“é como contraponto à deriva que [a argumentação] se insere em um determinado arranjo textual-discursivo, garantindo sentido e unidade”*. Ou seja, do ponto de vista de Pereira de Castro (2001, p. 64), a argumentação funciona como um **contraponto à deriva** à qual está submetida a linguagem – ao resistir à dispersão, ela constitui o sentido, “dirige o diálogo ou o texto”.

3 OS DISCURSOS EM TORNO DO INTERNETÊS

Os primeiros resultados do trabalho parecem confirmar as hipóteses iniciais: há deslizamentos de sentido que tornam os discursos da mídia e da

² Em artigos em que discute a argumentação na fala da criança (cf. 2001 e 2003).

lingüística sobre a língua, mais especificamente sobre o internetês, quase ininteligíveis entre si. Os três textos selecionados para discussão neste trabalho foram publicados em veículos de comunicação da mídia impressa: dois deles fazem parte de revistas de divulgação da área de língua portuguesa – as revistas *Língua Portuguesa* (n. 5, março/2006), da Editora Segmento, e *Discutindo Língua Portuguesa* (n. 2, novembro/2005), da Editora Escala Educacional – e apenas um foi publicado em um jornal de circulação diária em âmbito nacional – a *Folha de S. Paulo* (24/04/2005). O texto da revista *Discutindo Língua Portuguesa (DLP)* – “Você entende internetês?” – é de autoria de um lingüista (Sírio Possenti); o da revista *Língua Portuguesa (LP)* – “A revolução do internetês” – é de uma jornalista (Sílvia Marconato); e o da *Folha de S. Paulo (FSP)* – “Pq us jovens tc axim?” – também é de um jornalista (Antônio Góis). Foi possível identificar uma espécie de “gradação” entre os discursos que aí se constituem, uma vez que os efeitos de sentidos produzidos no texto escrito pela jornalista da revista *LP* são mais próximos daqueles circulantes na Lingüística (e presentes no texto de Possenti) do que aqueles produzidos no texto da *FSP*. Se, por um lado, a revista que publica tal texto vem procurando se constituir como um espaço para discussão de temas relacionados à língua sem o ranço preconceituoso que costuma dominar a mídia em geral, divulgando um modo não-normativo de compreender o funcionamento da linguagem e incluindo lingüistas entre seus colaboradores, por outro lado, o artigo em discussão aqui (assim como vários outros na revista) foi escrito por uma jornalista, profissional não-especialista da linguagem, e traz portanto as marcas da posição da qual ela fala, como veremos na análise a seguir.

Começamos pelo texto da revista *DLP*. Possenti inicia seu artigo desqualificando a associação corrente “no imaginário de muita gente” (p. 29) entre *língua* e *língua escrita*. Este ponto será fundamental para a argumentação que se seguirá, uma vez que a tese do texto é a de que o internetês não corresponde a uma nova “linguagem” nem ameaça a língua portuguesa, mas corresponde simplesmente a características da grafia utilizada na internet (“o internetês é apenas um conjunto de soluções ortográficas”, p. 30). Retomando comentários comuns quando da última reforma ortográfica sobre as mudanças que a língua sofreria a partir de então, o autor dissocia língua de língua escrita e abre para a discussão da suposta correspondência entre internetês e “linguagem”: “Por que retomar esse tópico [o da última reforma ortográfica], perguntará o leitor, se o tema é o internetês? Ora, porque as mesmas sandices de então vêm sendo repetidas, agora a propósito do que seria uma suposta ‘linguagem’ da internet.” (p. 30). Os efeitos de sentido que o termo *linguagem* vai produzindo ao longo do texto evidenciam o lugar do interdiscurso na interpretação –

eles ecoam os diversos discursos da lingüística sobre *linguagem*, dissociando-os de *escrita*. Ao mesmo tempo, eles são atravessados pelos sentidos que tal termo assume no senso comum, quando aparecem no texto entre aspas ou referidos através de modalizadores (como em “*a linguagem da internet (se é que há uma!)*” e “*suposta ‘linguagem’*” (p. 30 e 29, respectivamente)). Em tais atravessamentos poderíamos ver o discurso do outro fazendo efeito na argumentação, evidenciando uma “escuta”. O locutor coloca em cena, em seu texto, a fala de um enunciador com a qual ele não se identifica, mas é a partir dela que seu discurso se constitui: o argumento do outro entra no texto e é desqualificado, dando sustentação ao argumento do locutor. Isto é, os efeitos de sentido promovidos no texto levam em consideração a alteridade.

Quando discute o tratamento oferecido pela imprensa à reforma ortográfica, Possenti faz uso de um encadeamento argumentativo articulado em torno do conectivo *no entanto* que dá conta da relação estabelecida pelo autor, ao longo do texto como um todo, entre tese e argumentos. Vejamos a passagem em questão:

[...] foram comuns, nos tempos em que se discutiu a última reforma ortográfica, até hoje encruada, manchetes que anunciavam “como ia ficar a língua portuguesa”.

As matérias listavam amostras da mudança preconizada. Por exemplo, o trema cairia (e “lingüiça” ficaria “linguiça”), como também cairia o hífen em certos casos (e então “super-homem” ficaria “superomem”). No entanto, era fácil verificar que a língua não mudaria em nada, que apenas seriam modificadas algumas regras de sua representação escrita, sem nenhuma consequência para a sintaxe, para a morfologia, para o sentido das palavras e nem mesmo para sua pronúncia (p. 29).

O conectivo encadeia dois enunciados: “*As matérias [sobre a reforma ortográfica] listavam amostras da mudança preconizada. Por exemplo, [...] No entanto, era fácil verificar que a língua não mudaria em nada, que apenas seriam modificadas algumas regras de sua representação escrita, sem nenhuma consequência para a sintaxe, para a morfologia, para o sentido das palavras e nem mesmo para sua pronúncia.*” A primeira parte do encadeamento aponta na direção da conclusão de que a língua de fato mudaria com a reforma ortográfica. A segunda parte, entretanto, inverte a orientação argumentativa ao introduzir uma conclusão oposta àquela indicada inicialmente: a língua não mudaria em nada, haveria apenas uma

alteração nas regras de representação escrita da língua.

O locutor coloca em cena dois enunciadores, um que se responsabiliza pela perspectiva assumida na primeira parte do encadeamento e sustenta a conclusão de a língua mudará, e outro que se responsabiliza pelo ponto de vista presente na segunda parte do encadeamento e afirma que nenhuma mudança afetará a língua, mas tão somente a sua representação gráfica. Este último ponto de vista é o que prevalece, uma vez que ele é introduzido por um conectivo do paradigma do *mas*. O primeiro enunciador pode ser equiparado ao senso comum – é o enunciador genérico que fala na voz da imprensa. O segundo enunciador fala do ponto de vista da ciência, destacando algumas conseqüências da suposta mudança que servem como dado para a tese defendida. O locutor se identifica com este enunciador e assume a orientação argumentativa indicada por ele.

Ao estabelecer, logo no início de seu texto, um paralelo entre o discurso da imprensa sobre a reforma ortográfica e sobre o “internetês”, Possenti mostra que em ambos estes discursos o ponto de vista do senso comum (segundo o qual as conseqüências da reforma e do internetês seriam mudanças na *língua*) não se sustenta, sendo outra a conclusão que deve prevalecer. Ele faz isso através de uma estrutura argumentativa que evidencia a discrepância entre os discursos do senso comum e do cientista acerca do tema da linguagem.

Ainda que essa mesma estrutura não volte a se atualizar no decorrer de seu texto, que constrói a relação entre conclusão e argumentos através de outros recursos lingüísticos, é desta oposição que trata seu texto. É dela que parte seu texto. O autor não parece interessado simplesmente em defender um ponto de vista, sustentando-o com argumentos – seu texto enuncia um interesse em estabelecer um debate com o senso comum, uma vez que os argumentos desse outro ponto de vista são levados em consideração. É a partir deles que a tese defendida no artigo de Possenti se constrói.

O texto de Silvia Marconato (da revista *LP*), por sua vez, não hesita em chamar o internetês de “*linguagem*” (embora ela se refira à questão como uma “*forma de expressão grafolingüística*” (p. 22), assumindo que se trata mais de aspectos gráficos do que propriamente de *linguagem*, nos sentidos que a lingüística dá ao termo). É o senso comum que ecoa nas suas palavras quando lemos, por exemplo, “*a linguagem que pontua tal dinâmica é o internetês*” (p. 22³). A fala de dois lingüistas é trazida como referência para a afirmação de que o internetês não seria uma ameaça para a língua portuguesa (Sírio Possenti e Ataliba Castilho), no entanto o texto

³ Todos os grifos nas citações são meus.

traz várias marcas que enunciam os deslizamentos de sentido que tal afirmação sofre na passagem dos discursos desses profissionais da linguagem para o discurso da jornalista: verbos conjugados no futuro do pretérito, implicando dúvida acerca do que se diz (“*Sírio Possenti [...] assegura que não existiria fator de risco*”, p. 24); expressões aparentemente especializadas, porém equivocadas, tais como “**simplificação da linguagem e farta eliminação de vogais**”, “*conjunto de abreviações de sílabas e simplificações de palavras que leva em conta a pronúncia e a eliminação de acentos*” (p. 22); incorporação tortuosa da fala citada, como quando Castilho se refere a alterações ortográficas que o internetês poderia ocasionar e tem suas palavras reformuladas da seguinte maneira: “*Ataliba de Castilho vai mais além e explica que o internetês é parte da metamorfose natural da língua*” (p. 29). Além disso, outros atores da cena lingüística, profissionais do jornalismo e da educação, são trazidos à baila, com comentários não tão seguros acerca da “ausência de perigo” do internetês. Segundo Marconato, o autor do *Manual de Redação* do jornal *O Estado de S. Paulo*, Eduardo Martins, “*olha com reservas o fenômeno*” (p. 22); a coordenadora pedagógica do ensino fundamental do colégio Humboldt, uma escola particular de São Paulo, Lucy Wenzel, teria afirmado: “*conseguimos mostrar aos nossos alunos que o internetês não é proibido, mas deve ser usado no meio adequado, que é a internet, e nunca na [sic] formal, em provas, tarefas escolares e trabalhos*” (p. 26). A isso tudo se somam expressões como “**jargão**”, “**avalanche de abreviações, letras trocadas e neologismos**” (p. 24 e 26, respectivamente), enunciando a posição a partir da qual o discurso se constitui: trata-se de modalizar os discursos correntes sobre o internetês (que, como veremos no texto da *FSP*, julgam-no uma ameaça), contudo tal modalização, embora se faça, faz-se a custa de deslizamentos que promovem efeitos de sentido quase contraditórios entre si – o internetês não passa de uma “*expressão grafolingüística*”, chega a acrescentar “*uma leve dose de humor às mensagens on-line*”, mas “*não o suficiente para evitar inúmeras críticas*” (p. 22), que a autora não incorpora como suas, porém também não desqualifica como equivocadas. Isto é, o texto parece argumentar na direção de que o internetês não é uma ameaça à língua portuguesa, contudo refere-se a ele de modo que pode soar pejorativo (vide expressões como “*frankenstein de linguagem*”, “**jargão**”, “**avalanche**”, “**cacoete de linguagem**”, “**isolamento**”, “**exclusão**”). Além disso, a nova “*linguagem*” da internet é aceita *desde que* não ultrapasse os muros da internet e chegue às escolas ou à televisão. Assim, não há propriamente um ponto do texto em que a orientação argumentativa seja invertida, por exemplo através da atualização de um encadeamento articulado com um conectivo como *mas* ou *embora*. O locutor coloca em cena vários enunciadores que assumem posições diferentes acerca do tema em questão, e desse modo vai abalando

a afirmação segundo a qual o internetês seria uma ameaça, sem no entanto desconstruí-la. As diferentes direções argumentativas apresentadas não são colocadas em confronto, são simplesmente enunciadas umas na seqüência das outras – sua oposição não é evidenciada no texto. Ao mesmo tempo, o locutor não se identifica de maneira clara com nenhum dos enunciadores, ora parecendo pender para um lado, ora para outro. Os deslizamentos de sentido dos termos da lingüística, que vão atravessando os sentidos de expressões mais próprias do senso comum e sendo por eles atravessados ao longo do texto, constituem uma argumentação em que a fala do outro é trazida à tona sem, no entanto, dela tirar consequência; ou, em outras palavras, sem ecoar, de fato, os argumentos da lingüística. Estes ficam postos lado a lado com os argumentos do senso comum (enunciados por jornalistas, pedagogos, alunos do ensino fundamental e pais de alunos); o locutor os apresenta, mas não “toma partido”. É o que vemos no fechamento do texto, que emula o desenvolvimento do texto como um todo, argumentando que o internetês pode não ser uma ameaça à língua, mas ele afeta(rá) de alguma maneira a relação dos falantes com a linguagem: *“O internetês pode, no futuro, até tornar a comunicação mais eficiente [como supostamente teria afirmado Castilho]. Ou evoluir para um jargão complexo, que, em vez de aproximar as pessoas em menor tempo, estimule o isolamento dos iniciados e a exclusão dos leigos.”* (p. 29).

A estrutura argumentativa desta passagem do texto evidencia esta posição assumida pela jornalista. O conectivo *ou* articula dois argumentos que apontam em direções opostas, nenhuma delas explicitada na cadeia textual, porém ambas passíveis de interpretação a partir dos vários discursos sobre o internetês apresentados ao longo do texto. A primeira parte do encadeamento – *“o internetês pode, no futuro, até tornar a comunicação mais eficiente”* – orienta na direção de uma conclusão como *o internetês não é uma ameaça para a comunicação entre as pessoas*. A segunda parte – *“[o internetês pode] evoluir para um jargão complexo, que, em vez de aproximar as pessoas em menor tempo, estimule o isolamento dos iniciados e a exclusão dos leigos”* – orienta na direção de uma conclusão como *o internetês é uma ameaça*. Se, por um lado, estruturas articuladas em torno do conectivo *ou* não têm como uma de suas características estabelecer de modo claro e definitivo qual das perspectivas deve prevalecer, por outro lado pode-se afirmar com alguma segurança que esse funcionamento lingüístico-discursivo sugere a predominância do segundo argumento, colocando a segunda conclusão em evidência⁴. No entanto, os efeitos de

⁴ Para uma discussão sobre esta questão, ver Guimarães (2001, p. 93-107).

sentido promovidos por seqüências como essa são ambíguos: pode-se lê-las como a apresentação de argumentos para conclusões diferentes, sendo o segundo mais forte que o primeiro, fazendo prevalecer a segunda conclusão; mas pode-se lê-las também como a apresentação de argumentos para conclusões diferentes, mas que têm força equivalente.

Portanto, este texto pode ser interpretado no máximo como ambíguo: a princípio, no desenrolar do texto, ele não parece se posicionar quanto à caracterização do internetês como uma ameaça; no entanto, esse encadeamento final permite também uma leitura segundo a qual a conclusão que prevalece é a de que o internetês é uma ameaça.

Nesta mesma seqüência do texto, podemos observar a presença do operador argumentativo *até* na primeira parte do encadeamento. Em geral, esse operador é interpretado como indiciando o argumento mais forte dentre um conjunto de argumentos, todos eles apontando na direção da mesma conclusão (ou seja, dentro de uma escala argumentativa⁵). Assim, *tornar a comunicação mais eficiente* é apresentado como o argumento mais forte na direção da conclusão de que o internetês não é uma ameaça. Contudo, o texto prossegue com a apresentação de um outro argumento, pertencente a outra escala argumentativa (porque aponta na direção de outra conclusão, a de que o internetês talvez seja sim uma ameaça). Esta estrutura articulada em torno do *ou* evidencia que o primeiro argumento, embora seja o mais forte de sua escala, talvez não seja suficiente para fazer prevalecer sua orientação argumentativa. O segundo argumento coloca no fio da navalha a conclusão de que o internetês não é uma ameaça, uma vez que ele é apresentado em uma estrutura que pode ser interpretada como fazendo sua direção argumentativa prevalecer.

Passemos agora à reportagem da *FSP*. Ela se subdivide em três textos e três quadros com exemplos de internetês, dos quais apenas o primeiro e o último textos serão aqui comentados (“Pq us jovens tc axim?” e “Especialistas defendem linguagem da internet”, ambos de autoria de Antônio Góis). Em “Pq us jovens tc axim?”, Góis trata das relações entre o que ele chama de “*nova linguagem vinda da internet*” e a escola. Segundo seu texto, trata-se de “*vícios típicos da internet*”, um “*tipo de erro*”, uma linguagem “*com total desrespeito às normas cultas*”, “*linguagem cifrada*”, havendo ainda o “*risco de [os jovens] usarem essa linguagem onde ela não é adequada*”⁶. As outras vozes trazidas para a discussão, todas elas de professores de português, redação e/ou literatura da rede particular de ensino

⁵ Para uma apresentação e discussão do conceito de escala argumentativa ver Ducrot (1981) e Guimarães (2001, p. 19-32).

⁶ Todos os grifos são meus.

de São Paulo, não discordam desse ponto de vista, como vemos nos seguintes trechos: “**erros de ortografia típicos do ‘internetês’**”; “**campo do ‘inimigo’**” (apesar do uso de aspas, que modaliza o sentido de *inimigo*), “**contaminação [do internetês]**”; “**Em qualquer bilhete os alunos já utilizam esse tipo de linguagem. Isso acaba influenciando a escrita.**”; “**em alunos que já apresentam mais dificuldade [com a norma culta], essa situação é mais grave**”. Como vemos, os sentidos da palavra *linguagem* que encontramos no texto de Possenti passam ao largo deste texto, que ecoa somente o discurso do senso comum sobre o tema, ou seja, o internetês é uma questão de linguagem, é uma “*nova linguagem*” e deve ser, se não proibido nem “*satanizado*”, pelo menos controlado, restringido a um único ambiente, deve-se evitar o risco de ele ultrapassar os muros das escolas. Esta estrutura argumentativa é visível no texto pelo funcionamento do conectivo *apesar de* (do paradigma do *embora*):

Apesar de todo o esforço para impedir que o ‘internetês’ chegue às escolas, todos os colégios ouvidas (sic) pela Folha deixam claro que de nada adianta satanizar a nova linguagem. Quando procuradas pelos pais, a recomendação dada, em geral, é entender que isso não é um problema, desde que fique restrito a um ambiente onde essa linguagem é adequada.

A primeira parte do encadeamento (“*apesar de todo o esforço para impedir que o internetês chegue às escolas*”) retoma o desenvolvimento do texto até esse ponto, em que o internetês é qualificado como uma “*nova linguagem*” que deve receber especial atenção das escolas, uma vez que pode “*influenciar a escrita*”. Ao introduzir tal afirmação com a conjunção *apesar de*, o locutor põe em cena um enunciador que anuncia a inversão da orientação argumentativa que virá em seguida. Um leitor “desavisado” (mas afetado pela lingüística, claro!) poderia talvez esperar que tal mudança fosse na direção de afirmar que o internetês não é de fato um problema, interpretando o primeiro segmento do encadeamento como orientado na direção da conclusão oposta a esta, a de que o internetês é sim um problema. Esta interpretação não se mostra equivocada na seqüência da leitura, embora a inversão da orientação argumentativa se dê em outra direção: o enunciador responsável pela perspectiva que prevalecerá no encadeamento diz que “**de nada adianta satanizar a nova linguagem**”, o que não quer dizer que ela não devesse ou merecesse ser satanizada... Isto é, o enunciador responsável pelo ponto de vista da primeira parte do encadeamento sustenta de fato que o internetês é um problema, mas o enunciador responsável pela segunda

parte inverte o futuro do dizer no texto, sustentando que basta que o internetês se restrinja a seu local de origem que o problema se diluirá. Em outras palavras, o discurso dos especialistas da linguagem não faz qualquer efeito nesse texto, cujos sentidos se constituem em um espaço “imune” a sua alteridade. O terceiro texto da reportagem, “Especialistas defendem linguagem da internet”, poderia fazer crer que o discurso do “outro” faz sim efeito sobre as palavras do jornalista, que o ecoariam minimamente que fosse. No entanto, além de não haver nenhum lingüista entre os especialistas em linguagem ouvidos pela Folha⁷, os profissionais em questão são referidos apenas para corroborar o ponto de vista já anteriormente sustentado, comparando o internetês às gírias e utilizando a afirmação de que existem “*várias formas de linguagem*” para reafirmar que o internetês deve se manter em seu lugar (como no ditado *cada macaco no seu galho...*).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos discursos sobre língua circulantes na mídia e na lingüística configuram-se como uma forma de estudar a constituição dos sentidos na língua em sua relação com a argumentação e com a enunciação. Ele permite examinar, através do funcionamento argumentativo da linguagem, o modo como os signos lingüísticos deslizam de um campo a outro, atravessando outros discursos, sendo por eles atravessados, e promovendo efeitos de sentido díspares para um mesmo signo e/ou para signos correlatos, tais como “linguagem”, “língua” e “escrita”. Se já sabíamos desde há muito que tais palavras assumem sentidos diferentes a depender de quem as enuncia, este estudo procura mostrar como tal processo se dá e assim iluminar um campo tão carente de discussão quanto o dos diálogos entre a lingüística e a mídia. Por que não nos ouvimos é algo que este trabalho pretende ajudar a esclarecer. Uma das contribuições iniciais que já parece ser possível oferecer é a de que os cruzamentos entre tais discursos dependem de como a alteridade é neles constituída: se não há escuta do dizer alheio em ambos os participantes do “diálogo”, acaba por não se constituir um *diálogo* propriamente. Este trabalho indicia uma resposta possível para esta questão: a lingüística parece ter alguma escuta para o discurso do senso comum, a partir dele promovendo outros efeitos de sentido, enquanto a mídia tem se mostrado pouco disposta a fazer o mesmo.

⁷ Foram ouvidos Marisa Lajolo, da Teoria Literária, e Sérgio Nogueira, professor que apresenta um programa sobre língua na televisão (no SBT).

Cabe salientar que este artigo corresponde aos primeiros resultados da pesquisa. Ao caracterizar de modo mais preciso como se constitui a escuta da lingüística para os sentidos circulantes no senso comum, investigando as razões pelas quais ela não parece fazer efeito sobre o discurso jornalístico acerca da língua, será possível retomar estas conclusões preliminares e esclarecê-las, de modo a confirmá-las, reformulá-las ou rechaçá-las.

RESUMO

O presente trabalho é parte de um projeto de pesquisa que estuda os discursos circulantes na mídia acerca da língua e as respostas que a lingüística tem tentado oferecer a eles, focalizando a constituição da argumentação no interior dos textos através dos quais tais discursos têm circulado. Nesse sentido, são acionados os conceitos de polifonia e de orientação argumentativa tal como tratados na semântica da enunciação, além do conceito de encadeamento argumentativo próprio da teoria da argumentação na língua. Neste artigo, são discutidos três textos que tratam do tema “internetês”, dois deles publicados em revistas de divulgação da área de língua portuguesa (de autoria de um lingüista e de um jornalista) e um terceiro publicado em um jornal de circulação diária. Os primeiros resultados do trabalho confirmam as hipóteses iniciais: o diálogo entre a mídia e a lingüística tem se constituído como um espaço de “não-escuta”, uma vez que seus respectivos discursos não parecem afetados pelo discurso do outro, fato que decorre dos deslizamentos de sentido que a deriva promove na linguagem. Isto se vê, por exemplo, nas reportagens jornalísticas que, embora cite opiniões de lingüistas, parecem ignorá-las, produzindo efeitos de sentido que evidenciam o fato de que a argumentação é ilusão. Palavras-chave: *Argumentação; polifonia; internetês.*

ABSTRACT

This paper is part of a research project dealing with the analysis of both the discourses found in the press on the subject of language and the responses that linguistics has tried to offer them, with a focus on the procedures that constitute an argumentation inside these texts which broadcast these discourses. To do so, it employs the concepts of polyphony and

argumentative direction, as defined by the semantics of enunciation, as well as the concept of argumentative chaining, which comes from the theory of argumentation in language. This paper discusses three texts about internet slang, two of them published in specialized Brazilian magazines (one written by a linguist and the other by a journalist) and a third one, published in a national Brazilian newspaper. The first results seem to confirm the initial hypothesis, that the dialogue between the press and the linguistic science came to be an area of “unhearing”, since each discourse does not seem to be affected by the other, which is a consequence of the sliding of meanings generated by language drift. That comes to show, for instance, in pieces of journalism which, though quoting the opinions of linguists, seem to ignore them, creating effects of meaning which bring out the fact that the argumentation is an illusion.

Key-words: *Argumentation; polyphony; internet slang.*

REFERÊNCIAS

- DUCROT, Oswald. As escalas argumentativas. *Provar e dizer: linguagem e lógica*. São Paulo: Global, 1981 [1973]. p. 178-228.
- _____. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987 [1983].
- _____. Os *Topoi* na Teoria da Argumentação na Língua. *Revista Brasileira de Letras*, São Carlos: UFSCar, v. 1, n. 1, p. 1-11, 1999 [1993].
- GOIS, Antônio. Pq us jovens tc axim? *Folha de S. Paulo*, Caderno Cotidiano, p. C6, 24 abr. 2005.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os Limites do Sentido*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2002a [1995].
- _____. *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002b.
- _____. *Texto e Argumentação*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001.
- MARCONATO, Silvia. A revolução do internetês. *Revista Língua Portuguesa*, São Paulo: Editora Segmento, ano 1, n. 5, p. 22-29, mar. 2006.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta. A argumentação na fala da criança: entre fatos de língua e de discurso. *Linguística*, São Paulo: Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL), v. 13, p. 61-80, 2001.
- POSSENTI, Sírio. Você entende internetês? *Discussão Língua Portuguesa*, São Paulo: Escala Educacional, ano 1, n. 2, p. 28-33, 2005.